

MEMÓRIAS DA RESISTÊNCIA: DOM JOSÉ MARIA PIRES E O CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DA ARQUIDIOCESE DA PARAÍBA

Felipe Arthur Cordeiro ALVES²; Wendia Oliveira de ANDRADE³; Esdras Renan Farias DANTAS⁴; Edivanio Duarte de SOUZA⁵

¹ GT 2 Comunicação popular, alternativa e comunitária

² Instituto Federal da Paraíba, felipecordiero41@hotmail.com.

³ Universidade Federal do Pará, wendia@ufpa.br.

⁴ Universidade Estadual da Paraíba, renanfchantas@gmail.com.

⁵ Universidade Federal de Alagoas, edivanio.duarte@ichca.ufal.br.

RESUMO

A leitura da obra "Se Deus fosse um ativista dos direitos humanos", de Santos (2013), instigou a revisitação de uma trajetória de luta diretamente vinculada à comunicação como ferramenta de emancipação: a de Dom José Maria Pires. Arcebispo da Paraíba entre 1966 e 1995 e expoente do Concílio Vaticano II, o prelado atuou em uma conjuntura de repressão pela Ditadura Militar, que impunha o silenciamento e a censura. Nesse cenário, a organização da Arquidiocese por meio de pastorais voltadas aos marginalizados configurou-se como uma rede religiosa de comunicação popular e resistência política (Ribeiro, 2005). Entre suas ações, destaca-se a criação do Centro de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH), em 1976, o primeiro do país, que funcionou como um canal de mediação e de assessoria jurídica para movimentos sociais e perseguidos políticos (Pereira, 2017), operando fluxos informacionais à margem dos veículos oficiais de mídia.

O acervo do CDDH, sob custódia do Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese da Paraíba, guarda mais de três mil documentos que registram essa memória social (Alves, 2014). Sob a ótica da Economia Política da Informação e da Comunicação, esse acervo não é apenas um depósito documental, mas um conjunto de registros de disputas pela verdade histórica frente ao controle e à censura da mídia por parte do Estado na época. Diante das recentes ameaças democráticas no Brasil, exemplificadas pelos eventos de janeiro de 2023 em Brasília, a salvaguarda dessa memória torna-se imperativa para a vigilância contínua dos direitos fundamentais. O estudo propôs a seguinte questão: de que forma a atuação de Dom José Maria Pires e o acervo do CDDH estabeleceram práticas de comunicação popular e alternativa na resistência ao regime militar e na preservação da memória social no país? Em consonância com essa pergunta, o objetivo deste estudo foi analisar a importância histórica do bispo e do acervo como vetores de comunicação contra-hegemônica e de defesa dos direitos humanos. Ademais, esta investigação objetivou, especificamente, problematizar que, embora os arquivos eclesiais sejam tradicionalmente tidos na literatura como arquivos institucionalizados, os mesmos podem possuir em seus acervos documentos de comunicação comunitária, vide o exemplo da documentação do CDDH.

A pesquisa se caracterizou como um estudo de caso viabilizado por pesquisa documental em nível descritivo-dissertativo, com uma abordagem qualiquantitativa. O trabalho buscou “conhecer-com” os sujeitos e os documentos sob uma perspectiva metodológica não extrativista (Santos, 2019), arqueológica (Foucault, 2015) e indiciária (Rodrigues, 2005, 2006; Ginzburg, 2007), empregando a imaginação epistemológica (Santos, 2019). O *corpus* da pesquisa compreendeu a tipologia documental "recortes de jornais" da documentação do CDDH, sem recortes temporais. O estudo demonstrou a relevância dos arquivos eclesiais para a comunicação contra-hegemônica, popular e comunitária, bem como a importância de Dom José Maria Pires e do CDDH para a defesa

dos direitos humanos no país. Além disso, problematizou o Arquivo Eclesiástico estudado como possuidor de características híbridas: arquivo institucional e comunitário. Nesse contexto, o Princípio da Proveniência não foi compreendido de forma estática, pois os documentos têm proveniência institucional, mas a sua essência e preservação possuem características comunitárias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, F. A. C. **Portfólio de informação e difusão cultural como estratégia arquivística da Fundação Margarida Maria Alves**. 2014. 68f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia) - Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, 2014.
- FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Lugar: Forense Universitário, 2015.
- GINZBURG, C. **O fio e os rastros**. Verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- PEREIRA, V. P. O. **A educação popular na arquidiocese da Paraíba (1966-1985)**. 2017. 280 f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.
- RIBEIRO, S. G. L. **Dom José Maria Pires: uma voz fiel à mudança social**. São Paulo: Paulus, 2005.
- RODRIGUES, M. B. F. **Exercícios de indiciarismo**. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, 2006.
- RODRIGUES, M. B. F. Razão e sensibilidade: reflexões em torno do paradigma indiciário. **Dimensões - Revista de História da UFES**, Vitória, n. 17, 2005.
- SANTOS, B. S. **O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.
- SANTOS, B. S. **Se Deus fosse um ativista dos direitos humanos**. São Paulo: Cortez, 2013.